

Relatório de Gestão

Ano 2014

INTRODUÇÃO

Enquadramento Legal

Compete ao Executivo Municipal apresentar, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro designado “POCAL”, na sua redação atual, os **Documentos de Prestação de Contas do Município e o Relatório de Gestão**, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Os Documentos de Prestação de Contas são elaborados conforme estabelece a Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção – Tribunal de Contas, de 12 de julho de 2001, que aprovou as Instruções n.º 1/2001, para a organização e documentação das contas das Autarquias Locais e Entidades equiparadas abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, publicadas no Diário da República, II Série, n.º 191, de 18 de Agosto de 2001, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º6/2013 – 2ª Secção.

Um dos documentos de prestação de contas obrigatório, referido nessa resolução, com o número (28) é o Relatório de Gestão.

O Relatório de Gestão tem uma finalidade complementar; e é elaborado, no sentido de disponibilizar um conjunto de elementos de carácter económico, financeiro, funcional e social, que ajudem a uma melhor compreensão da atividade desenvolvida pelo Município, no ano a que o mesmo se refere.

O Relatório de Gestão é elaborado nos termos do ponto 13 do POCAL, considerando, nomeadamente, os seguintes aspetos:

- a) A situação económica relativa ao exercício, analisando em especial, a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da Autarquia, designadamente no que respeita ao investimento efetuado, principais custos de funcionamento, custos e proveitos diversos;
- b) Uma síntese da situação financeira da Autarquia Local, evidenciando saldos de tesouraria e limites de endividamento;
- c) Uma síntese da evolução das dívidas da Autarquia na perspetiva de curto, médio e longo prazo;
- d) A proposta para aplicação dos Resultados.

Enquadramento Específico

O ano de 2014, no que se refere á gestão pública propriamente dita, e na continuidade dos últimos quatro anos, seguiu uma tendência de emagrecimento e de um controlo apertado das contas públicas, com reflexos diretos na gestão autárquica e conseqüentemente nos documentos previsionais do município e na respetiva prestação de contas.

Assistimos neste ano a mais um pacote de restrições á atividade municipal, desde logo os cortes nas transferências do FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro atribuído através do orçamento de estado; por outro lado, a imposição de limites rigorosos no endividamento, na realização de despesa, e novas contratações de pessoal. Em suma um conjunto de regras com o objetivo retirar a autonomia e limitar a capacidade de intervenção das autarquias.

Felizmente, a boa capacidade financeira da autarquia, permitiu-nos apesar do cenário nada favorável, atingir um desempenho a todos os níveis de relevo, alcançando indicadores muito interessantes do ponto de vista do equilíbrio financeiro e simultaneamente avançar com um conjunto significativo de investimentos.

Tentou-se por um lado não perder de vista os limites a que estávamos obrigados, quer ao nível da dívida de médio e longo prazo, da dívida total, do pessoal ao serviço, dos fundos disponíveis em cada período, informação controlada e reportada mensalmente às entidades que nos supervisionam, mas manter uma atitude ambiciosa não deixando de realizar qualquer ação, evento ou iniciativa que fosse interessante para o concelho e não deixando também de lançar um conjunto significativo de investimentos que se encontravam em carteira.

Síntese da Atividade Desenvolvida

No decurso do ano 2014 concluíram-se algumas obras importantes para o Concelho das quais se destacam: as obras de arruamentos em Moreanes e em Corte Gafo de Cima, a pavimentação da estrada que liga a localidade de Moreanes ao Monte do Guizo.

Foram ainda executadas outras intervenções de menor monta como sejam, as obras de beneficiação dos Prédios da Rua 5 de outubro, da Casa Marciano Godinho e da Casa Mário Elias, em Mértola, para habitação social.

No decurso do ano foram ainda lançadas outras obras, que se encontram a decorrer, como sejam: a obra de abastecimento de água, saneamento e pavimentação em Martinhanes, a remodelação da Escola Primária da Mina São Domingos, a Pista de Canoagem na Mina de São Domingos, a reabilitação do Edifício denominado "Casa Branca" no centro histórico de Mértola, a execução do passeio pedonal em Mina de São Domingos, entre outras.

Em termos globais, os investimentos concretizados, por área de intervenção, totalizaram os seguintes valores, em euros:

Transportes e comunicações	-	1.878.616,19€
Comércio e Turismo	-	545.598,21€
Abastecimento de água	-	482.449,63€
Educação	-	349.924,69€
Desporto, Recreio e Lazer	-	336.779,39€

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

O presente relatório tem como objetivo avaliar o desempenho do ponto de vista financeiro do Município no decurso do ano 2014.

Pretende-se de forma simples fazer uma avaliação exaustiva da evolução das principais rubricas da despesa e da receita, evidenciando os aspetos mais relevantes da gestão, tendo por base comparativa os indicadores do ano anterior.

O Município gerou no exercício de 2014 receitas no montante de 13.056.266,98€, tendo realizado despesas no montante global de 13.338.302,24€.

Com a afetação do Saldo de Gerência transitado de 2013 no montante de 3.524.382,74€ a receita global ascendeu aos 16.580.649,72€.

Da relação destas variáveis apuramos um saldo para a gerência seguinte de 3.242.347,48€.

Após aprovação da conta de gerência de 2014, o saldo apurado irá permitir, através de uma revisão orçamental aumentar o orçamento municipal disponível de 2015.

COMPARAÇÃO ENTRE ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E O ORÇAMENTO EXECUTADO

No **Quadro 1**, pretendemos apresentar de forma sucinta o valor global da receita e da despesa do ano, comparando o Orçamento inicial com o Orçamento final, apresentando também os respetivos desvios.

Apresentamos ainda nesta tabela os valores totais da execução da receita e da despesa e as respetivas taxas de execução.

Relatório de Execução Financeira						
Quadro 1 - Orçamento Inicial, Final e Execução						
DESIGNAÇÃO	Orçamento 2014			Desvio		Taxa de Execução
	Inicial (1)	Final (2)	Execução (3)	(4) = (2)-(1)	(5) = (3)-(2)	(6)=(3)/(2)
RECEITAS						
Correntes	10.306.773,00	10.634.005,67	10.475.213,11	327.232,67	-158.792,56	99%
Capital	3.426.801,00	3.043.430,95	2.580.231,53	-383.370,05	-463.199,42	85%
Outras Receitas	1,00	3.524.383,74	3.525.205,08	3.524.382,74	821,34	100%
TOTAL	13.733.575,00	17.201.820,36	16.580.649,72	3.468.245,36	-621.170,64	96%
DESPESAS						
Correntes	8.949.612,00	10.314.203,26	9.023.273,26	1.364.591,26	-1.290.930,00	87%
Capital	4.783.963,00	6.887.617,10	4.315.028,98	2.103.654,10	-2.572.588,12	63%
TOTAL	13.733.575,00	17.201.820,36	13.338.302,24	3.468.245,36	-3.863.518,12	78%

O Orçamento final de 2014 apresenta uma dotação global de 17.201.820,36€, aproximadamente 25% acima das previsões iniciais, resultado essencialmente do impacto gerado pela introdução do saldo de gerência de 2013, que ocorreu com 1ª revisão ao orçamento, aprovada em simultâneo com a prestação de contas, e que ascendeu a 3.524.382.74€.

O valor indicado em Outras Receitas, inclui para além do Saldo de Gerência de 2013, no montante de 3.524.382.74€, as reposições não abatidas nos pagamentos, no montante de 822,34€.

Comparando a execução da receita e da despesa relativamente aos valores previstos no Orçamento final, obtém-se uma taxa de execução global de 96% do lado da receita e 78% do lado da despesa. Ao nível da receita de destacar a excelente execução quer da receita corrente (99%) quer da própria receita de capital (85%). Todos os indicadores referidos anteriormente registaram uma evolução positiva comparativamente ao ano anterior.

Na componente da despesa, de destacar também os 78% de execução global, o que evidencia um aumento de 5% em relação a 2013. Para esse indicador mais conseguido contribui uma execução na ordem dos 63% na componente de investimento, o que se traduz em cerca de 10% acima da execução verificada em 2013 nesta rúbrica da despesa.

MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Em 2014 foram introduzidas catorze alterações e uma revisão ao orçamento e grandes opções do plano. Comparativamente com o ano anterior realizaram-se menos uma alteração e menos uma revisão.

A maioria das alterações foram elaboradas para proceder a reajustamentos ao nível das rubricas da despesa, ou seja, implicaram um reforço em determinadas rubricas de despesa compensado pela redução de outras rubricas da despesa.

O ajustamento mais significativo foi introduzido pela 1ª revisão ao orçamento aprovada em abril. Esta revisão, para além da introdução do saldo da gerência de 2013, bastante significativo, permitiu reforçar algumas rúbricas de despesa corrente que estavam subdotadas no orçamento inicial, permitiu ainda, compensar os ajustamentos necessários da componente de capital. Dos 3.200.000,00€ introduzidos como reforço da receita, cerca de 750.000,00€ foram canalizados para reforçar despesa corrente e os restantes 2.800.000,00€ para despesas de capital.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Através da análise da execução do orçamento da receita e da despesa podemos verificar o montante total quer da receita arrecadada quer da despesa efetivamente paga, bem como os respetivos desvios face ao inicialmente previsto.

Para além desta informação é interessante analisar também, o peso de cada rubrica no total do orçamento, bem como o seu comportamento anual e a evolução face ao ano anterior.

As disponibilidades financeiras do Município de Mértola na gerência de 2014 apuradas através da execução orçamental, foram as seguintes:

Saldo da Gerência de 2013	3.524.382,74€
Receita total cobrada na Gerência de 2014	13.056.266,98€
SOMA	16.580.649,72€
Despesa efetuada na Gerência de 2014	13.338.302,24€
Saldo para a Gerência seguinte (2015)	<u>3.242.347,48€</u>

De forma a proporcionar uma imagem mais precisa e rigorosa da execução do orçamento em 2014, será apresentada de seguida uma análise às rubricas mais relevantes da receita e da despesa.

Análise Global da Receita

As receitas totais no ano em apreciação ascenderam a 16.580.649,72€, sendo 63% de receitas correntes num total de 10.475.213,11€, e 15% de receitas de capital, no valor de 2.580.231,53€ e 21% de outras receitas, no valor de 3.524.382,74€, que inclui o saldo da gerência e as reposições não abatidas aos pagamentos.

Comparativamente com o ano anterior a receita corrente diminui o seu peso relativo, em 2%, a receita de capital em 6%, sendo que por sua vez as outras receitas, aumentam o seu peso relativo, em 7%.

Receita Corrente

A execução de 99% da receita corrente serviu de base à gestão corrente da Autarquia permitindo o financiamento das despesas correntes.

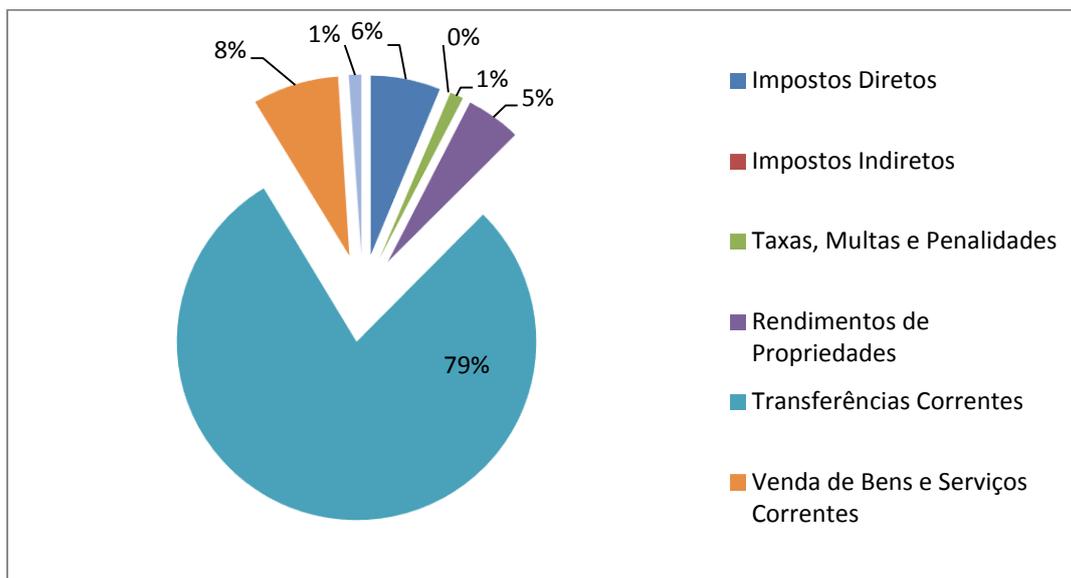
Através da análise do **Quadro 2**, que apresentamos de seguida, é possível analisar quer a estrutura quer a execução da receita corrente da Autarquia.

Relatório de Execução Financeira						
Quadro 2 - Receita Corrente 2014						
RECEITAS CORRENTES	Orçamento Final	%	Receita Cobrada	%	Desvio	Taxa de Execução
Impostos Diretos	570.445,00	5%	655.353,00	6%	84.908,00	115%
Impostos Indiretos	8.219,00	0%	7.196,74	0%	-1.022,26	88%
Taxas, Multas e Penalidades	158.210,00	1%	123.919,69	1%	-34.290,31	78%
Rendimentos de Propriedades	514.166,00	5%	514.986,39	5%	820,39	100%
Transferências Correntes	8.578.436,67	81%	8.269.175,81	79%	-309.260,86	96%
Venda de Bens e Serviços Correntes	715.168,00	7%	800.945,49	8%	85.777,49	112%
Outras Receitas Correntes	89.361,00	1%	103.635,99	1%	14.274,99	116%
Total das Receitas Correntes	10.634.005,67	100%	10.475.213,11	100%	-158.792,56	99%

Da análise da estrutura da receita corrente verifica-se a forte dependência da Autarquia face às transferências correntes, o mesmo é dizer das transferências do Orçamento do Estado, que se traduz em 79% do total da receita corrente, cabendo à receita própria da Autarquia, uma fatia muito pouco significativa, 6% em impostos diretos e 8% em venda e bens e serviços.

Gráfico 1

Estrutura da Receita Corrente



Comparativamente com o ano anterior e conforme apresenta o **Quadro 3**, verifica-se uma ligeira diminuição das receitas correntes em cerca 99.000,00€. A este nível destacar a redução nas transferências correntes provenientes do Orçamento de Estado, e por outro lado o aumento da receita proveniente dos rendimentos de propriedade, da venda de bens e das outras receitas correntes.

Relatório de Execução Financeira			
Quadro 3 - Receita Corrente 2013/2014			
RECEITAS CORRENTES	Orçamento		Taxa de Variação
	2013	2014	
Impostos Diretos	641.010,81	655.353,00	2%
Impostos Indiretos	7.599,84	7.196,74	-5%
Taxas, Multas e Penalidades	150.636,28	123.919,69	-18%
Rendimentos de Propriedades	408.157,15	514.986,39	26%
Transferências Correntes	8.555.086,02	8.269.175,81	-3%
Venda de Bens e Serviços Correntes	723.117,02	800.945,49	11%
Outras Receitas Correntes	88.951,90	103.635,99	17%
Total das Receitas Correntes:	10.574.559,02	10.475.213,11	-1%

Receita de Capital

A receita de capital totalizou o montante de 2.580.231,53€, o que representa apenas cerca de 15% da receita total da Autarquia. Esta componente da receita apresenta uma execução muito positiva na ordem dos 85% em relação ao valor previsto no orçamento final de 2014 – **Quadro 4**.

Relatório de Execução Financeira

Quadro 4 - Receita de Capital 2014

RECEITAS DE CAPITAL	Orçamento Final	%	Receita Cobrada	%	Desvio	Taxa de Execução
Venda de Bens de Investimento	59.315,00	2%	13.976,51	1%	-45.338,49	24%
Transferências de Capital	2.882.915,95	95%	2.564.855,02	99%	-318.060,93	89%
Ativos Financeiros	1.200,00	0%	1.400,00	0%	200,00	117%
Passivos Financeiros	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Outras Receitas de Capital	100.000,00	3%	0,00	0%	-100.000,00	0%
Total das Receitas de Capital	3.043.430,95	100%	2.580.231,53	100%	-463.199,42	85%

Como se pode comprovar, a receita de capital é constituída em grande parte pelas transferências de capital, que representam 89% do total da receita de capital.

À semelhança do que se verifica do lado da receita corrente, também aqui a transferência do Orçamento de Estado, através do Fundo de Equilíbrio Financeiro tem um peso significativo, apesar de relativamente inferior, uma vez que são apenas 1.918.798,00€ dos 2.564.855,02€, ou seja 75% enquanto nas transferências correntes esse peso é de 95%.

Comparativamente com o ano anterior regista-se uma diminuição da receita de capital em cerca de 24%, influenciada principalmente pela diminuição dos valores das transferências de capital, fruto de nos aproximarmos do final de mais um Quadro Comunitário de Apoio. – **Quadro 5.**

Relatório de Execução Financeira

Quadro 5 - Receita de Capital 2013/2014

RECEITAS DE CAPITAL	Orçamento		Taxa de Variação
	2013	2014	
Venda de Bens de Investimento	9.960,00	13.976,51	40%
Transferências de Capital	3.389.246,70	2.564.855,02	-24%
Ativos Financeiros	5.208,00	1.400,00	-73%
Passivos Financeiros	12.283,83	0,00	-100%
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0%
Total das Receitas de Capital	3.416.698,53	2.580.231,53	-24%

Análise Global da Despesa

O orçamento final de 2014 apresentou uma dotação global de despesa de 17.201.820,36€, sendo que 10.314.203,26€ respeita a despesa corrente, e 6.887.617,10€ a despesa de capital.

A dotação inicial da despesa foi de 13.733.576,00€, com as várias modificações orçamentais introduzidas ao longo do ano, registou um aumento no total de 3.468.245,36€.

A taxa de execução das despesas correntes é de 87%, num total de 9.023.273,26€, enquanto a execução da despesa de capital se situou nos 63% com 4.315.028,98€.

Comparativamente com o ano anterior regista-se uma diminuição de cerca de 1% ao nível da execução da despesa corrente, que passou de 88% para 87%. Em termos absolutos a despesa corrente paga, que em 2013 totalizou 8.963.139,51€ registou um acréscimo, situando-se em 2014 nos 9.023.273,26€.

Despesa Corrente

Neste ponto será efetuada uma breve referência aos valores orçamentados da despesa corrente e sua comparação com os valores executados, o que permitirá concluir acerca do nível de realização e apurar os respetivos desvios - **Quadro 6**.

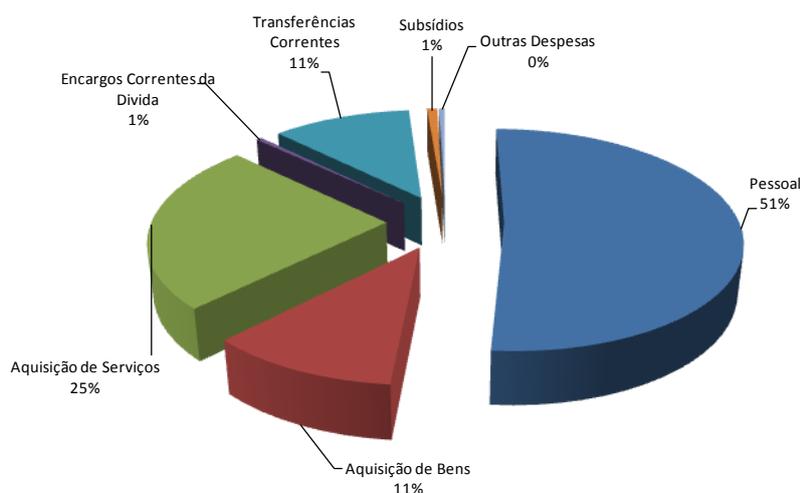
Relatório de Execução Financeira						
Quadro 6 - Despesa Corrente 2014						
DESPESAS CORRENTES	Orçamento Final	%	Despesa Paga	%	Desvio	Taxa de Execução
Pessoal	4.742.205,00	46%	4.634.782,56	51%	-107.422,44	98%
Aquisição de Bens e Serviços	4.166.011,00	40%	3.218.786,66	36%	-947.224,34	77%
Aquisição de Bens	1.340.821,00	13%	994.116,45	11%	-346.704,55	74%
Aquisição de Serviços	2.825.190,00	27%	2.224.670,21	25%	-600.519,79	79%
Juros e outros encargos	44.500,00	0%	41.209,92	0%	-3.290,08	93%
Transferências Correntes	1.109.808,26	11%	1.014.930,83	11%	-94.877,43	91%
Subsídios	128.300,00	1%	74.427,51	1%	-53.872,49	58%
Outras Despesas	123.379,00	1%	39.135,78	0%	-84.243,22	32%
Total da Despesa Corrente	10.314.203,26	100%	9.023.273,26	100%	-1.290.930,00	87%

As despesas correntes pagas, que atingiram o montante de 9.023.273,26€, registam uma execução global de cerca de 87% e corresponde a cerca de 67% do total da despesa paga pela autarquia em 2014.

Tratando-se de despesa corrente, qualquer execução abaixo do previsto, deverá ser interpretada como um dado positivo pois significa obrigatoriamente uma poupança. No final do ano, o orçamento da despesa corrente registou um saldo de aproximadamente 1.200.000,00€ de despesa orçamentada que não se concretizou em pagamentos o que se traduz num indicador a relevar.

A este nível ainda, de registar como positivo a execução abaixo do previsto de todas as rubricas que compõem o orçamento da despesa, o que se deve em grande medida à política de contenção de despesas implementada nos últimos anos na Autarquia, que continua a dar os seus frutos.

Gráfico 2- Estrutura da Despesa Corrente



A estrutura da despesa corrente assenta essencialmente nas despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços. Estas duas componentes da despesa totalizam cerca de 87% do total da despesa corrente paga. Trata-se essencialmente de despesas fixas de funcionamento, sendo uma realidade muito difícil de alterar, dadas as características sócio económicas e demográficas do Concelho.

Relativamente à evolução da despesa corrente, comparativamente ao ano anterior, de referir um ligeiro acréscimo da ordem do 1%. À exceção das despesas com pessoal que aumentaram em cerca de 1% e as transferências correntes que aumentaram em 21%, fruto dos novos acordos de execução com as Juntas de Freguesia e dos Programas Ocupacionais Municipais, as restantes rúbricas da despesa corrente registaram um decréscimo relativamente ao ano anterior. – **Quadro 7.**

Relatório de Execução Financeira			
Quadro 7 - Despesa Corrente 2013/2014			
DESPESAS CORRENTES	Orçamento		Taxa de Variação
	2013	2014	
Pessoal	4.589.536,05	4.634.782,56	1%
Aquisição de Bens e Serviços	3.312.512,85	3.218.786,66	-3%
Aquisição de Bens	994.700,70	994.116,45	0%
Aquisição de Serviços	2.317.812,15	2.224.670,21	-4%
Juros e outros encargos	53.809,16	41.209,92	-23%
Transferências Correntes	838.907,40	1.014.930,83	21%
Subsídios	103.329,44	74.427,51	-28%
Outras Despesas	65.044,61	39.135,78	-40%
Total das Receitas Correntes:	8.963.139,51	9.023.273,26	1%

Despesa de Capital

O quadro seguinte permite observar a desagregação da despesa de capital, indicando para as respetivas dotações orçamentais o volume de despesa paga, respetiva estrutura e taxa de execução – **Quadro 8**.

No ano 2014, foram pagas despesas de capital no montante de 4.315.028,98€, que representam cerca de 32% da despesa total da autarquia.

Relatório de Execução Financeira						
Quadro 8 - Despesa de Capital 2014						
DESPESA DE CAPITAL	Orçamento Final	%	Despesa Paga	%	Desvio	Taxa de Execução
Aquisição de Bens de Capital	5.260.469,10	76%	2.989.204,96	69%	-2.271.264,14	57%
Transferências de Capital	705.148,00	10%	407.049,38	9%	-298.098,62	58%
Activos Financeiros	920.000,00	13%	918.774,64	21%	-1.225,36	0%
Passivos Financeiros	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Outras Despesas	2.000,00	0%	0,00	0%	-2.000,00	0%
Total das Despesas de Capital	6.887.617,10	100%	4.315.028,98	100%	-2.572.588,12	63%

A estrutura da despesa de capital é constituída na sua maioria pela Aquisição de Bens de Investimento, que representam 69% do total da despesa de capital e cerca de 22% do total da despesa do Município.

Comparativamente ao ano anterior verifica-se um acréscimo significativo da despesa de capital em cerca de 12% fortemente influenciado pela rúbrica das despesas de investimento. O município recuperou desta forma alguma capacidade para realizar investimento. - **Quadro 9**.

Relatório de Execução Financeira			
Quadro 9 - Despesa de Capital 2013 /2014			
DESPESAS DE CAPITAL	Orçamento		Taxa de Variação
	2013	2014	
Aquisição de Bens de Investimento	2.191.795,66	2.989.204,96	36%
Transferências de Capital	628.475,78	407.049,38	-35%
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0%
Passivos Financeiros	911.644,60	918.774,64	1%
Outras Despesas	117.652,13	0,00	0%
Total das Despesas de Capital	3.849.568,17	4.315.028,98	12%

Em 2014, invertendo a tendência dos últimos anos a autarquia recuperou alguma capacidade de investimento. Este é sem dúvida um indicador a reter mantendo-se a expectativa que em 2015 se confirme esta tendência.

INVESTIMENTO MUNICIPAL

O Investimento Municipal previsto para o ano em avaliação, correspondia a 5.260.469,10€, sendo que 2.494.956,10€, cerca de 47,40% correspondia a Bens do Domínio Privado e 2.765.513,00€, cerca de 52,60%, a Bens do Domínio Público.

A análise do quadro seguinte permite observar uma execução na ordem dos 57%, não sendo uma execução extraordinária parece-nos um dado bastante positivo revelador de uma recuperação significativa relativamente ao ano anterior que se tinha situado nos 43%. Se a análise recaísse sobre a despesa comprometida, essa execução atingiria os 83%, com um montante na ordem dos 4.409.428,00€. Este dado revela essencialmente o atraso verificado pela generalidade dos empreiteiros iniciar, e por conseguinte para concluir as obras, utilizando muitas vezes argumentos pouco éticos para justificar a sua incapacidade para responder às exigências dos cadernos de encargos.

Relatório de Execução Financeira

Quadro 10 - Investimento Municipal 2014

INVESTIMENTO DIRETO		Orçamento Final	%	Despesa Paga	%	Desvio	Taxa de Execução
0102 07	Investimentos	5.260.469,10		2.989.204,96		-2.271.264,14	57%
0102 0701	Bens do Domínio Privado	2.494.956,10	47,4%	941.076,52	31,5%	-1.553.879,58	38%
0102 070101	Terrenos	52.500,00	2,1%	44.510,62	4,7%	-7.989,38	85%
0102 070102	Habitacões	623.050,00	25,0%	109.179,23	11,6%	-513.870,77	18%
0102 070103	Edifícios	1.161.494,94	46,6%	342.666,17	36,4%	-818.828,77	30%
0102 070104	Construções Diversas	14.000,00	0,6%	8.146,74	0,9%	-5.853,26	58%
0102 070106	Material de Transporte	196.013,10	7,9%	159.260,67	16,9%	-36.752,43	81%
0102 070107	Equipamento Informático	44.154,00	1,8%	40.558,34	4,3%	-3.595,66	92%
0102 070108	Software Informático	135.241,00	5,4%	83.201,93	8,8%	-52.039,07	62%
0102 070109	Equipamento Administrativo	29.680,00	1,2%	15.657,90	1,7%	-14.022,10	53%
0102 070110	Equipamento Básico	238.823,06	9,6%	137.894,92	14,7%	-100.928,14	58%
0102 070111	Ferramentas e utensílios	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	
0102 070112	Artigos e objetos de valor	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	
0102 0703	Bens do Domínio Público	2.765.513,00	52,6%	2.048.128,44	68,5%	-717.384,56	74%
0102 070301	Terrenos e recursos naturais	22.129,00	0,8%	15.027,50	0,7%	-7.101,50	68%
0102 070302	Edifícios - Outros	26.000,00	0,9%	0,00	0,0%	-26.000,00	0%
0102 07030301	Viadutos, arruam.obras compl.	1.796.799,00	65,0%	1.369.217,77	66,9%	-427.581,23	76%
0102 07030302	Sist. dren. águas residuais	126.400,00	4,6%	46.960,94	2,3%	-79.439,06	37%
0102 07030303	Estações trat. de águas residuais	16.500,00	0,6%	1.950,38	0,1%	-14.549,62	12%
0102 07030305	Parques e jardins	16.650,00	0,6%	7.032,75	0,3%	-9.617,25	42%
0102 07030307	Captação e distribuição de água	120.615,00	4,4%	24.114,88	1,2%	-96.500,12	20%
0102 07030308	Viação rural	535.170,00	19,4%	513.910,05	25,1%	-21.259,95	96%
0102 07030309	Sinalização e trânsito	9.100,00	0,3%	7.753,91	0,4%	-1.346,09	85%
0102 07030310	Infraest. distrib. energia electrica	35.000,00	1,3%	28.945,33	1,4%	-6.054,67	83%
0102 07030312	Cemitérios	26.150,00	0,9%	3.751,50	0,2%	-22.398,50	
0102 07030313	Outros	35.000,00	1,3%	29.463,43	1,4%	-5.536,57	84%

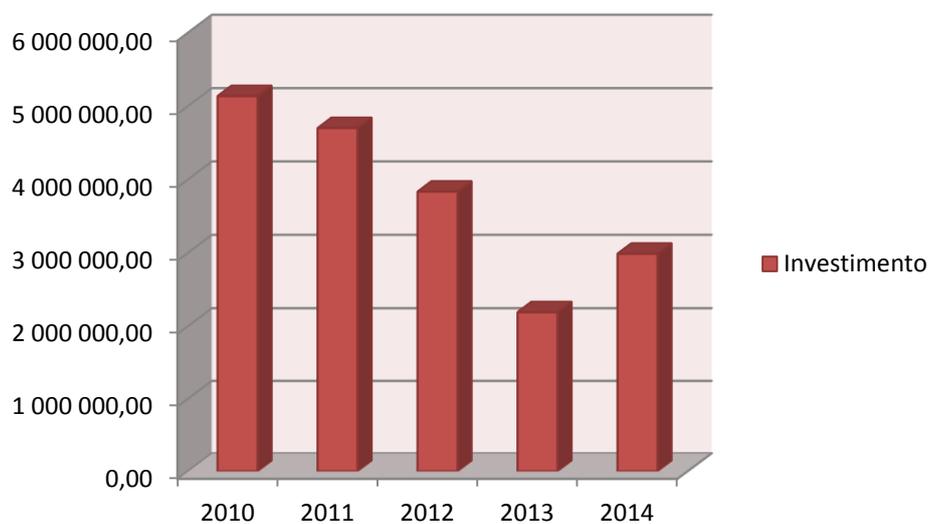
A evolução do investimento ao longo dos últimos anos é apresentada no quadro seguinte – **Quadro 11**.

Relatório de Execução Financeira					
Quadro 11 - Investimento Municipal Evolução					
	2010	2011	2012	2013	2014
Investimento	5.137.884,58	4.701.754,86	3.835.508,22	2.191.795,66	2.989.204,96

Pela análise do gráfico, a conclusão mais positiva que se pode retirar é que apesar do nível de investimento ser efetivamente ainda muito reduzido comparativamente com o de 2010 e 2011, foi possível em 2014 inverter a tendência verificada nos últimos quatro anos, de consecutiva redução do índices de investimento.

Gráfico 2

Evolução do Investimento Municipal



SÍNTESE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Relatório de Execução Financeira

Quadro 12 - Síntese da Situação Económica e Financeira da Câmara Municipal

DESIGNAÇÃO	2013	2014	Variação	Var. %
Saldo Inicial de Tesouraria	2.340.153,54	3.524.382,74	1.184.229,20	50,60%
Receitas Correntes	10.574.559,02	10.475.213,11	-99.345,91	-0,94%
Despesas Correntes	8.963.139,51	9.023.273,26	60.133,75	0,67%
Saldo Corrente	1.611.419,51	1.451.939,85		
Receitas de Capital	3.416.698,53	2.580.231,53	-836.467,00	-24%
Despesas de Capital	3.849.568,17	4.315.028,98	465.460,81	12%
Saldo de Capital	-432.869,64	-1.734.797,45		
Receitas Totais	13.991.257,55	13.055.444,64	-935.812,91	-7%
Despesas Totais	12.812.707,68	13.338.302,24	525.594,56	4%
Saldo de Exercício	1.184.229,20	-282.035,26		
Saldo de Tesouraria	3.524.382,74	3.242.347,48	-282.035,26	-8%
Dívidas a Fornecedores C/C	546.119,53	708.336,77	162.217,24	30%
Dívidas de Clientes	27.577,65	37.355,17	9.777,52	35%
Disponibilidades de Curto Prazo	3.005.840,86	2.571.365,88	-434.474,98	-14%

A informação refletida neste quadro permite-nos retirar as seguintes conclusões:

- **O Saldo da Atividade Corrente** – o saldo positivo de 1.451.939,85€ alcançado em 2014, garante desde logo o cumprimento do princípio do equilíbrio financeiro, permitido simultaneamente uma poupança corrente que pode ser utilizada para despesas de investimento.

- **O Saldo do Exercício** – O valor de -282.035,26€ registado no final de 2014 é fortemente influenciado pelo comportamento das rubricas de capital, - Foram pagas despesas de capital na ordem dos 4.315.000,00€ e arrecadadas receitas de capital de apenas 2.580.000,00€, o que só foi possível, primeiro em função da utilização do saldo de gerência anterior mas também pela poupança de receita corrente explicada no ponto anterior.

- **O Saldo de Tesouraria** à semelhança do ano anterior, apresenta um valor bastante considerável, o que dá grandes garantias e simultaneamente permitirá em 2015 manter a mesma capacidade para fazer face ao pagamento dos compromissos assumidos.

No final do ano de 2014, a Autarquia apresentava um valor de Dívidas incluindo Fornecedores C/c e Fornecedores de Imobilizado 708.336,77€, um valor relativamente superior ao apresentado no final do ano anterior, mas sem comprometer de forma alguma as disponibilidades de curto prazo da autarquia.

DÍVIDA

Analisando a dívida total a terceiros em 31/12/2014, a mesma totalizava 4.795.728,78€, sendo que 708.336,77€ respeita a dívida de curto prazo e 4.087.392,01€ a dívida de médio e longo prazos.

A dívida total apresenta assim uma diminuição de cerca de 13% relativamente ao ano anterior. O – **Quadro 13**, que apresentamos de seguida reflete bem o enorme esforço efetuado para redução da dívida municipal. Em 4 anos a dívida do Município reduziu para quase metade do valor.

Relatório de Execução Financeira				
Quadro 13 - Evolução das Dívidas a Terceiros				
	Dívida em 31/12/2011	Dívida em 31/12/2012	Dívida em 31/12/2013	Dívida em 31/12/2014
Dividas de médio e longo prazo	8.080.138,68	5.905.527,42	5.006.166,65	4.087.392,01
Dividas de curto prazo	835.287,86	333.669,69	546.119,53	708.336,77
TOTAL	8.915.426,54	6.239.197,11	5.552.286,18	4.795.728,78

Dívida de Curto Prazo

A Autarquia apresentava em 31 de dezembro de 2014, uma dívida a terceiros de 708.336,77€, que não foi paga, por se tratar na sua maioria de faturação de dezembro, que só foi recebida em 2015, quando o ano 2014 já se encontrava encerrado ao nível da tesouraria.

Dívida de Médio e Longo Prazos

A dívida de médio e longo prazo, constituída por dívida de empréstimos no montante de 4.087.392,01€, corresponde ao valor mais baixo dos quatro anos em análise. No ano 2014 foram efetuadas amortizações regulares no valor de 918.774,64€.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Da análise do quadro seguinte é possível concluir que a taxa de execução das Grandes Opções do Plano, que inclui o Plano Plurianual de Investimentos e as Grandes Opções do Plano em 2014, foi de 64%, num total de despesa paga de 6.029.102,42€ valor relativamente superior ao executado no ano 2013 – **Quadro 14.**

Relatório de Execução Financeira

Quadro 14 - Execução das Grandes Opções do Plano

Sector de Actividade	Orçamento 2013		Orçamento 2014			
	Executado	%	Final	Executado	%	Distr. Invest.
	(1)		(2)	(3)	(4)=(3)/(2)	
Administração Geral	362.828,62	7%	579.399,06	326.538,32	56%	5%
Proteção Civil e luta contra incêndios	144.232,91	3%	236.885,00	218.267,87	92%	4%
Ensino Não Superior	23.646,23	0%	305.900,00	42.196,81	14%	1%
Serviço Auxiliares de Ensino	378.586,05	7%	359.100,00	307.727,88	86%	5%
Ação Social	231.794,36	4%	305.084,00	278.612,85	91%	5%
Habitação	56.830,59	1%	673.050,00	146.168,23	22%	2%
Ordenamento do Território	7.318,50	0%	85.395,00	0,00	0%	0%
Saneamento	507.078,22	9%	401.521,00	260.174,99	65%	4%
Abastecimento de Água	613.702,68	11%	687.785,00	482.449,63	70%	8%
Resíduos Sólidos	160.368,29	3%	232.135,00	189.916,31	82%	3%
Proteção do Meio Ambiente e Conserv.	10.371,37	0%	60.300,00	9.731,84	16%	0%
Cultura	569.588,95	10%	649.461,94	244.299,98	38%	4%
Desporto e Tempos Livres	489.671,03	9%	500.870,00	336.779,39	67%	6%
Outras Atividades Cívicas e Religiosas	0,00	0%	11.028,00	9.848,00	89%	0%
Indústria e Energia	51.869,67	1%	135.500,00	28.945,33	21%	0%
Transportes Rodoviários	510.145,02	9%	2.238.548,00	1.878.616,19	84%	31%
Mercados e Feiras	81.258,36	1%	90.720,00	83.588,63	92%	1%
Turismo	346.298,19	6%	715.111,00	462.393,58	65%	8%
Desenvolvimento Económico	10.300,00	0%	10.300,00	10.300,00	100%	0%
Administração Autárquica	345.923,94	6%	278.869,26	134.190,82	48%	2%
Parque Móvel	568.704,99	10%	806.013,10	578.355,77	72%	10%
TOTAL	5.470.517,97		9.362.975,36	6.029.102,42	64%	100%

Os valores apresentados, nas colunas (1) e (3), dizem respeito a despesa efetivamente paga.

Da leitura do quadro anterior, é possível identificar as principais áreas de investimento em 2014, sendo que assume lugar de destaque, os Transportes Rodoviários com 31% do investimento, que representa um investimento superior a 1.800.000,00€, o Parque Móvel, com 10%, ascendendo aos 570.000,00€, seguido do Turismo e Abastecimento de Água, com cerca de 8% do total de investimento num total de aproximadamente 500.000,00€, cada.

De seguida apresentamos um resumo das principais intervenções, quer sejam obras por administração direta, por empreitada, ou atividades e ações, que contribuíram para o valor global da despesa, por setor de atividade:

Ao nível do **Setor de Administração Geral**, o valor total executado foi de 218.267,87€. Para este valor contribuíram, entre outros, os seguintes investimentos:

- Aquisição de Equipamento Básico, Administrativo e de Comunicações, Equipamentos Informáticos e Software diverso, necessários à contínua modernização dos serviços. Foram adquiridos computadores para os diversos serviços, para além das licenças anuais das várias aplicações.
- A construção do edifício no parque industrial destinado á sede do MotoClube.
- Os investimentos realizados ao abrigo do programa Compete, relacionados com a infraestrutura tecnológica da Autarquia. Nova central telefónica, remodelação do portal internet, modernização do balcão de atendimento.
- Os apoios á Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mértola, e os investimentos concretizados ao nível do Plano Municipal de Emergência.
- Os seguros de pessoal, de bens e dos edifícios.

Ao nível do Setor **Educação**, o valor total executado foi de 349.924,69€. Para o ano em análise, destacamos as seguintes intervenções de maior relevância:

- Início da intervenção no Centro Escolar da Mina de São Domingos
- Aquisição de vinhetas à Rodoviária para transporte de alunos.
- Auxílios Económicos que incluem refeições, subsídios escolares e Bolsa de Estudo Serrão Martins.
- Protocolo com Santa Casa da Misericórdia de Mértola para prestação de serviços de apoio à Educação.
- Aquisição de manuais escolares.

No ano em análise, o valor afeto á **Ação Social** ascendeu aos 270.000,00€. Para além dos apoios regulares às Instituições sociais de solidariedade social, importa referir os apoios sociais quer no âmbito do cartão social quer através do programa de incentivos aos nascimentos.

- Em 2014 foram atribuídos os seguintes apoios, no âmbito do Programa de Apoio às IPSS do Concelho, por entidade:
 - Santa Casa da Misericórdia de Mértola – 27.691,41€
 - Núcleo de Voluntariado de Mértola – 2.250,00€
 - Centro de Apoio a Idosos de Moreanes – 9.423,50€
 - Centro Social dos Montes Altos – 3.010,00€
 - Casa do Povo de Santana de Cambas – 4.755,00€
 - Moura Saluquia – Associação de Mulheres do Concelho de Moura – 1.056,00€
- No âmbito das comparticipações do Cartão Social durante o ano 2014 foram efetuados os seguintes processamentos, num total de 63.379,71€:
 - novembro a dezembro de 2013 – 11.112,12€
 - janeiro a fevereiro de 2014 – 9.272,18€
 - março a abril de 2014 – 10.539,31€
 - maio a junho de 2014 – 10.368,09€
 - julho a agosto de 2014 – 10.576,59€
 - setembro a outubro de 2014 – 11.511,42€
- No âmbito do Programa de Animação Social, no ano em apreciação, podemos destacar as seguintes atividades: Passeio de Barco, Passeios de Verão, 18º Encontro de Reformados, Pensionista e Idosos do Concelho.
- No âmbito do Programa de Incentivo aos Nascimentos, Apoio ao Segundo Filho e Apoio à População Portadora de Deficiência, foram pagos 11.727,88€.
- Os apoios concedidos à Universidade Sénior totalizaram 25.500,00€
- Os valores alocados aos novos programas de ocupação municipal ascenderam a 123.020,01€.

O **Setor da Habitação** tem merecido ao longo dos últimos anos uma especial atenção. O investimento neste setor de atividade traduz-se por um lado na recuperação do parque habitacional propriedade do Município e no desenvolvimento de novos loteamentos para construção. O valor total executado no ano foi de 146.168,23€, destacando:

- A intervenção no edifício destinado a habitação social, situado na Rua 5 Outubro em Mértola,
- A intervenção no edifício destinado a habitação social designado por Casa Marciano Godinho / Caso Mário Elias, em Mértola,
- Os apoios habitacionais concedidos a particulares para recuperação das suas habitações ou para construção de instalações sanitárias que totalizou 36.989,00€.

Ao nível do Setor de Atividade **Saneamento Básico**, o valor total investido foi de 260.174,99€. Este setor tem sido nos últimos anos prioritário ao nível da realização de investimento. Para este ano em concreto, destacamos os seguintes investimentos:

- Conclusão da intervenção em Vale de Açor de Cima
- Serviços de manutenção e controlo de qualidade das ETAR's das diversas povoações – 211.111,74€

O **Abastecimento de Água**, é outro dos setores de atividade que tem sido nos últimos anos objeto de investimento considerável. Em 2014, o investimento neste setor totalizou 482.449,63€. Destaque para:

- Conclusão da intervenção em Vale de Açor de Cima
- Início da intervenção em Martinhanes
- Serviços de operação de manutenção e exploração dos sistemas de abastecimento das diversas povoações – 122.910,24€
- Realização de análises para controlo de qualidade da água
- Aquisição de água à empresa Águas Públicas do Alentejo – 304.531,47€

O investimento na área dos **Resíduos Sólidos** totalizou em 2014 o valor de 189.916,31€. Neste setor de atividade a despesa realizada prende-se com a manutenção das viaturas de recolha de resíduos e com a deposição dos resíduos em aterro.

O investimento na área da **Cultura** no ano 2014 ascendeu aos 244.000,00€.

Neste setor de atividade, as principais intervenções centraram-se nas obras de requalificação do interior do Castelo, nas obras de requalificação dos núcleos museológicos de Arte Sacra, Arte Islâmica e Alcáçova do Castelo.

Os apoios concedidos às Associações e Coletividades através do programa regular de apoio, assume também um valor considerável. No ano em análise foram disponibilizados os seguintes apoios, por tipo de programa de apoio:

- Apoio para Atividades Regulares – 32.687,50€
- Apoio para Aquisição de Equipamentos – 13.441,67€

De destacar também o forte investimento na dinamização da promoção da Agenda Cultural.

Para este efeito, realizaram-se as seguintes atividades: Programação regular da Biblioteca Municipal, Programação Regular de Cinema, Feira do Livro, Arte Non Stop, Dia da Criança, Programação da Casa de Artes Mário Elias, MertolArte, Comemorações do 25 de Abril, Dia da Mulher, Viagem para Jovens, Semana “Lembrar Serrão Martins”, Comemorações de São Martinho, Festa de Natal.

O Programa de Animação Sócio - Cultural, levado a cabo pela Autarquia tem tido ao longo dos anos um contributo importantíssimo no desenvolvimento e na projeção do nosso Concelho. Os responsáveis desta área têm tido sempre a preocupação de inovar, e de introduzir anualmente novidades dentro da programação anual, que já por si só é bastante diversificada, o que tem contribuído para o sucesso e crescimento das várias atividades.

A realização de atividades no setor **Desporto, Recreio e Lazer**, totalizaram 336.779,39€. Para o valor investido neste setor de atividade, contribuíram em muito os apoios concedidos aos vários clubes do Concelho.

O apoio às Associações e Clubes Desportivos do Concelho, atribuído ao abrigo do Programa de Apoios Regulares contribui decisivamente para o sucesso da atividade desportiva destas coletividades.

Em 2014, foram atribuídos os seguintes apoios, por programa:

- Atividade Regular – 129.824,83€
- Apoio Específico para Atividades – 19.327,74€

Neste setor da atividade municipal, de referir ainda, a construção da Pista de Remo e Canoagem na Tapada da Mina de São Domingos.

Quanto ao recreio e lazer, destaque para a realização de mais uma edição do Festival da Juventude e do Mertola Radical.

No Setor dos **Transportes Rodoviários**, o valor total executado foi de 1.878.616,19€. Realizaram-se várias obras de construção de arruamentos em diversas povoações do Concelho, e procedeu-se a reparação em centenas de Kms em estradas de terra batida, ao longo deste ano.

Destacamos as seguintes intervenções:

- Novas intervenções em arruamentos na Mina de São Domingos;
- Arruamentos em Moreanes;
- Arruamentos em Corte Gafo Cima;
- Grandes reparações e beneficiações de diversas estradas e caminhos do concelho;
- Pavimentação do ramal de acesso ao Monte Fernandes.
- Remodelação da entrada Norte da Vila
- Pavimentação da estrada Moreanes / Monte do Guizo;

No setor de atividade **Mercados e Feiras**, o valor total executado foi de 83.588.63€. De destacar os melhoramentos no espaço de Feiras em Mértola com o sombreamento do parque de estacionamento. Ao nível das atividades regulares, de salientar a realização de mais uma edição da 15ª edição da Feira do Mel Queijo e Pão, e a Feira Agropecuária Transfronteiriça.

Na rubrica, **Turismo**, o valor total investido foi de 462.393,58€. Destacam-se a realização das atividades regulares, entre elas:

- 12ª Edição do Festival do Peixe do Rio;
- Festas da Vila;
- Participação na Ovibeja;
- 5ª Edição da Feira da Caça;
- Início da obra de reabilitação da Casa Branca, no centro histórico

O setor de atividade **Administração Autárquica** contempla todos os apoios e transferências para as Juntas de Freguesia.

O quadro em baixo resume os valores transferidos por freguesia, e por tipo de protocolo:

Quadro 15 - Fluxo Financeiro 2014

Juntas de Freguesia	Escolas	Cobrança Água	Ramais Água	Ramais Saneamento	Limpeza de Fossas	Limpeza de Vias	Limp. De Edifícios - Mercado	Outras p/ Investimentos	Outros	Total
Alcaria Ruiva	2.012,92	3.125,53	67,34	593,00	663,51	7.289,20	0,00	0,00	0,00	13.751,50
Corte Pinto	2.454,13	5.627,79	106,23	292,92	39,00	3.546,47	11.083,99	0,00	443,45	23.593,98
Espirito Santo	0,00	768,51	163,88	0,00	981,32	4.596,47	0,00	0,00	0,00	6.510,18
Mértola	4.098,75	1.151,15	357,51	886,34	1.580,06	12.043,40	0,00	4.959,36	0,00	25.076,57
São João dos Caldeireiros	1.367,50	3.138,47	21,23	0,00	857,18	4.232,07	0,00	30.759,60	0,00	40.376,05
União de Freguesias de S. Miguel do Pinheiro, S. Sebastião dos Carros e de S. Pedro de Sólis	1.331,25	5.346,10	0,00	0,00	1.695,27	11.588,40	0,00	0,00	0,00	19.961,02
Santana da Cambas	0,00	2.771,78	608,82	881,75	2.003,35	5.914,13	0,00	0,00	0,00	12.179,83
TOTAL	11.264,55	21.929,33	1.325,01	2.654,01	7.819,69	49.210,14	11.083,99	35.718,96	443,45	141.449,13

A renovação do **Parque Móvel** é uma necessidade permanente. No ano 2014, foram investidos neste setor um total 578.355,77€.

Para este valor contribuíram as seguintes aquisições:

- 4 Veículos ligeiros de passageiros

Para além do valor despendido em grandes reparações com algumas viaturas e máquinas, importa referir, o valor gasto com a aquisição de combustíveis no total de 379.929,29€.

FINANCIAMENTOS COMUNITÁRIOS

A informação que de seguida apresentamos, respeita às Operações / Projetos candidatados a fundos comunitários apresentados, aprovados ou que tiveram execução no decurso do quadro comunitário 2007/2013.

Quadro 16

Programa Comunitário	Programa QREN 2007/2013				Acumulado até 31/12/2013		Valores de 2014	
	Investimento Candidatado	Investimento Aprovado	Investimento Elegível	Financiamento Aprovado	Pedidos de Pagamento Apresentados	Financiamentos Recebidos Acumulados	Pedidos de pagamento Apresentados	Financiamentos Recebidos
INALENTEJO	9.415.123,32	8.514.865,94	8.194.711,23	6.796.272,53	6.316.438,41	4.826.452,74	847.372,59	429.230,98
POCTEP	1.096.358,88	1.096.358,88	1.096.358,88	822.269,16	539.186,34	372.454,66	170.530,89	138.298,97
PRODER	1.284.663,99	1.087.087,00	1.087.087,00	759.424,99	870.465,85	579.222,73	6.461,76	9.888,60
POPH	282.711,64	244.122,76	244.122,76	172.775,10	207.571,20	145.397,09	15.407,82	11.229,37
POVT	6.550.870,81	5.729.572,70	4.526.841,21	3.847.815,03	4.194.079,43	3.607.866,40	332.761,77	99.054,27
PROGRAMA CULTURAL 2007-2013	237.462,96	237.462,96	237.462,96	118.731,48	187.047,93	85.370,27		
CONTRATO PROGRAMA DGLB	466.930,00	466.930,00	466.930,00	233.465,00	82.256,65	48.961,00	rescindido contrato	
GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL	58.485,46	58.485,46	58.485,46	58.485,46	54.734,48	53.416,35		15.466,81
EQ-QREN	73.703,00	73.703,00	73.703,00	73.703,00	73.703,00	73.703,00		
COMPETE	389.701,31	379.246,31	379.246,31	322.359,36	-	-	90.301,38	76.756,17
TOTAL	19.856.011,37	17.887.835,01	16.364.948,81	13.205.301,11	12.525.483,29	9.792.844,24	1.462.836,21	779.925,17

Da análise do quadro, podemos destacar o montante total de financiamento aprovado no quadro comunitário, que ascende aos 13.000.000,00€.

Até ao momento já foram apresentados pedidos de pagamento num total de 13.988.319,00€ e recebidos valores próximo dos 10.500.000,00€. Sendo que o Quadro Comunitário de Apoio está praticamente concluído, mantém-se por concluir apenas pequenas intervenções.

ALGUNS INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA

Indicadores de Gestão Orçamental

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética que transmitem uma visão global da situação das finanças devido ao facto da sua estruturação se basear em agregados patrimoniais diversificados. Devido às especificidades de cada município, nomeadamente na forma como se organiza, para dar cumprimento às suas atribuições e competências, não permite, em termos de comparabilidade, a equiparação de realidades autárquicas diferentes.

Apresentamos de seguida alguns indicadores que nos ajudam a perceber melhor a estrutura económica/financeira da autarquia de Mértola, bem como a sua evolução ao longo dos últimos quatro anos.

Grau de cobertura global das receitas e das despesas

Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais			
2011	2012	2013	2014
121%	93%	109%	98%
Mede a capacidade das receitas de capital cobrirem as despesas da mesma natureza			
2011	2012	2013	2014
146%	84%	89%	60%
Mede a capacidade das receitas correntes cobrirem as despesas da mesma natureza			
2011	2012	2013	2014
97%	99%	118%	116%
Mede o grau de cobertura da despesa total pelas transferências recebidas			
2011	2012	2013	2014
96%	81%	93%	81%

Os rácios apresentados neste título permitem-nos essencialmente avaliar a capacidade da Autarquia em gerar receitas que lhes permita cobrir as despesas. Este indicador registou em 2014 uma percentagem de 98%, inferior ao valor apresentado em 2013. Relativamente a este indicador e dado o volume do saldo da gerência é possível que a autarquia possa continuar a realizar despesa acima do valor da receita, pois esse diferencial será sempre coberto pelo saldo da gerência que não entra no conceito de receita do ano.

Relativamente ao segundo indicador podemos de certa forma encontrar a mesma justificação anteriormente adiantada, ou seja, não é grave a Autarquia realizar despesa de capital acima da receita de capital que consegue arrecadar, basta que para isso tenha saldo de gerência suficiente para cobrir esse diferencial ou que consiga uma poupança de receita corrente que seja canalizada para pagar despesa de capital.

Ao nível da componente de corrente, a Autarquia tem nos últimos anos conseguido garantir receita corrente suficiente para cobrir as despesas correntes. Tratando-se de uma imposição legal foi necessário afetar uma maior fatia dos fundos transferidos através do orçamento de estado à componente corrente, para garantir que este rácio é sempre superior a 100%.

O último rácio é apenas a confirmação do grau de dependência do orçamento municipal face às transferências, quer sejam do orçamento de estado quer sejam de fundos comunitários. Esta é uma realidade a que já estamos habituados e para a qual não há muito a fazer.

Rácios de estrutura da receita

Mede o peso das receitas próprias do município no total de receitas arrecadadas			
2011	2012	2013	2014
21%	13%	15%	17%
Mede o peso das receitas provenientes dos impostos diretos na receita total			
2011	2012	2013	2014
3%	3%	5%	5%
Mede o peso das transferências recebidas na receita total da autarquia			
2011	2012	2013	2014
79%	87%	85%	83%

A confirmar de certa forma o que referimos no último parágrafo estes rácios indicam-nos a dificuldade da autarquia em gerar receitas próprias, o peso diminuto dos impostos diretos na estrutura da receita e por último a dependência do orçamento municipal face às transferências. As receitas próprias que representam em 2014 apenas 17% das receitas totais refletem contudo uma evolução positiva desde 2012.

Rácios da estrutura da despesa

Mede o peso da despesa de capital na despesa total			
2011	2012	2013	2014
40%	42%	30%	32%
Mede o peso da despesa com pessoal na despesa total			
2011	2012	2013	2014
30%	28%	36%	35%

O primeiro indicador, reflete a capacidade da autarquia em realizar investimento. Indicadores como os de 2011 e 2012 poderão ser considerados como muito positivos. Apesar da quebra verificada em 2013, este indicador revela em 2014 uma recuperação positiva.

Relativamente ao segundo indicador, nada de relevante a apontar, é sobejamente conhecida a estrutura de recursos humanos da autarquia, e o peso das despesas com pessoal no total das despesas atingiu em 2014 os 35%.

Indicadores de Gestão Patrimonial

Não existindo indicadores específicos de análise económico-financeiros das performances das autarquias, considerou-se a utilização dos modelos aplicados à atividade empresarial. Devido às especificidades de atividade, objetivos, contextualização e informação é importante ter a noção que alguns dos indicadores apresentados não podem ter a mesma leitura para um município que terão para o mundo empresarial.

Rácios de liquidez

A regra do equilíbrio financeiro aconselha que a Liquidez Geral, em percentagem, seja superior a 100%, indica nesse caso que não se aproximam situações de dificuldade ao nível da tesouraria, existindo assim um equilíbrio entre o grau de liquidez e o grau de exigibilidade das origens.

Liquidez Geral

Revela o grau de cobertura do passivo circulante por ativo circulante

2011	2012	2013	2014
461%	876%	759%	368%

Liquidez Imediata

Revela o grau de cobertura do passivo circulante por disponibilidades

2011	2012	2013	2014
419%	718%	659%	306%

Qualquer um dos indicadores apresentados neste capítulo, comprovam as disponibilidades financeiras da autarquia e a sua capacidade para cumprir os compromissos assumidos.

Rácios de alavanca financeira

Endividamento

Apura a extensão com que a autarquia utiliza o capital alheio no financiamento das suas atividades

2011	2012	2013	2014
40%	37%	36%	34%

Estrutura de Endividamento

Mede o peso das dívidas de curto prazo

2011	2012	2013	2014
10%	6%	11%	26%

Grau de Dependência dos Empréstimos a Curto, Médio e Longo Prazo

Mede o grau de dependência do ativo líquido relativamente aos empréstimos contraídos pela autarquia

2011	2012	2013	2014
12%	9%	7%	6%

Os rácios de alavanca financeira são utilizados para análise de crédito, identificando por isso as dívidas que a autarquia contraiu e as implicações que as mesmas têm na exploração.

A utilização deste rácio permite-nos aferir o grau em que a autarquia utiliza o capital alheio para financiar a sua atividade. Com o valor encontrado concluímos que 34% da atividade municipal é financiada por capitais alheios.

Rácios de solvabilidade e de autonomia financeira

Autonomia Financeira

Mede a autonomia financeira da autarquia e a sua dependência nessa mesma proporção

2011	2012	2013	2014
60%	63%	64%	66%

Solvabilidade

Mede a relação entre o capital próprio e o capital alheio

2011	2012	2013	2014
147%	172%	177%	191%

Estes rácios traduzem a posição de dependência da Autarquia face aos seus credores.

Em qualquer um dos indicadores é notória uma evolução favorável. Significa que a atividade da autarquia é cada vez mais independente de capitais alheios.

Face ao elevado valor do indicador de solvabilidade apurado, é revelada uma grande independência da autarquia face às responsabilidades assumidas e um risco mais reduzido para os seus credores.

Estes indicadores permitem-nos concluir que a autonomia financeira da autarquia é confortável face à dependência de terceiros, o que significa que a atividade camarária é financiada em 66% pelos seus Fundos Próprios.

Outros Indicadores

Prazo Médio de Pagamento

Prazo Médio de Pagamento			
2011	2012	2013	2014
26	13	26	17

O cálculo deste indicador foi feito aplicando a fórmula publicada no Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, publicado no DR nº 71, 2ª Série Parte C.

ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

O endividamento autárquico encontra-se regulamentado pelo artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.

Refere o artigo 52.º que a dívida total do município incluindo da dívida de todas as entidades que revelam para a dívida total municipal, e que se encontram previstas no artigo 54.º da mesma Lei, não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

A tabela seguinte pretende demonstrar a dívida total do município em 31/12/2014 bem como a sua situação face aos limites impostos pela legislação aplicável.

Quadro 16 – Composição da Dívida Total das Operações Orçamentais

1. Dívida de Empréstimos de M/L prazo	4.087.392,01€
2. Dívidas a Curto Prazo	708.336,77€
3. Dívidas Não Orçamentais	456.922,28€
4. Dívida Total de Operações Orçamentais (1+2-3)	4.338.806,50€

Quadro 17 – Situação do Município face ao limite

1. Dívida Total das Operações Orçamentais	4.338.806,50€
2. Contribuição das entidades SM, AM, SEL para a dívida total	1.670.499,59€
3. Dívida total a Considerar (1+2)	6.009.306,09€
4. Limite ao endividamento	8.513.330,00€
5. Margem face ao limite (4-3)	2.504.023,91€

Da análise do endividamento líquido, podemos concluir que o Município cumpriu todas as disposições legais, ficando abaixo de todos os limites estabelecidos, ficando inclusive ainda com alguma margem como se pode comprovar pelos valores apresentados.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a linha d) do ponto 13 do Decreto-Lei n.º 54 – A /99, de 22 de fevereiro, propõe-se que o Resultado Líquido do exercício, no valor de 2.383.483,93€, seja incorporado na conta 59 – Resultados Transitados e posteriormente constituída Reserva Legal de acordo com o ponto 2.7.3.4 e 5 do Decreto-Lei n.º 54 – A /99 de 22 de fevereiro.

Conta 571 – Reservas Legais (10%) – 238.348,39€ -

Simultaneamente deverá ser efetuada a constituição da reserva legal referente ao exercício de 2013, no valor de 85.176,85€